

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Mudança no 13º pode diminuir 4,4% das vendas

Economista vê prejuízo à sazonalidade de fim de ano do comércio

Livia Araújo

livia@jornaldocomercio.com.br

A proposta de alteração à Lei Orgânica do Município que pode mudar a data de pagamento do 13º salário dos servidores de até 20 de dezembro para o quinto dia útil de janeiro, bem como o possível parcelamento do benefício, poderia causar um impacto no comércio local de redução de 4,4% das vendas, em uma época normalmente aquecida por conta das festas de fim de ano.

Essa é a tese de um estudo estimativo feito por um economista, servidor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), para indicar o impacto dos projetos de lei que alteram os regimentos e o calendário de benefícios salariais aos municipais, objeto da greve que ocorre na prefeitura desde 5 de outubro.

Para Cristiano Ponzoni Ghinis, autor do estudo, “o atraso do 13º salário não reduz a renda, apenas a transfere, mas isso também impacta o comércio”, critica. O economista cita o Índice de Vendas do Comércio (IVC) de Porto Alegre, calculado pela Fundação de Economia e Estatísticas (FEE), para pontuar que o mês de dezembro foi responsável, em média, por 56,8%

do crescimento no comércio entre 2008 e 2015, e a mudança da data de pagamento poderia impactar na força dessa sazonalidade.

Apesar de reconhecer que o parcelamento salarial ou a perda de renda sejam em princípio negativos para as vendas, o presidente do Sindilojas Porto Alegre, Paulo Kruse, crê que a mera mudança da data de pagamento do 13º não seja suficiente para comprometer o rendimento do comércio no fim do ano. O dirigente, no entanto, não acredita que efetivamente o benefício seja parcelado. De toda forma, acredita Kruse, “qualquer perda salarial é ruim para o comércio. Nesse sentido, é importante garantir sempre uma negociação”, a exemplo das discussões anuais feitas entre os funcionários e patrões do setor, representados pelo Sindilojas.

Kruse também salientou que o parcelamento que ocorre com os servidores estaduais há cerca de dois anos promoveu uma adaptação dos trabalhadores a uma nova rotina que, por fim, não resultou em impacto significativo para o comércio a longo prazo. Já a prefeitura de Porto Alegre ainda não tem uma definição em relação à aplicação da medida, segundo a Secretaria Municipal da Fazenda.

O estudo de Ghinis também avaliou os efeitos do projeto de lei (PL) nº 11/2017 na economia local. O PL altera o regime de trabalho dos servidores quanto à composição, concessão e incorporação de parcelas que compõem a remuneração recebida, além de permitir que a administração pública cesse a convocação de servidores em regime especial de trabalho. Junto com o aumento da alíquota previdenciária paga pelos municipais, aprovado na Câmara em julho, a medida poderá promover, em um ano, uma redução de R\$ 633,6 milhões na massa salarial em circulação na economia local, segundo o economista.

Ghinis aponta que, segundo a Matriz Insumo Produto (MIP) do Estado, publicada pela FEE e considerando a estrutura de consumo das famílias da Capital, o projeto poderá gerar, no total, uma redução no PIB de R\$ 1,5 milhão e de 38,8 mil postos de trabalho. “Tais impactos não se concentrarão só na economia local, pois os insumos fornecidos pela agropecuária e indústria são produzidos, em grande parte, em outras regiões”, diz o documento, que prevê ainda uma menor arrecadação anual no Imposto Sobre Serviços (ISS) na ordem de R\$ 24,7 milhões.

Para secretário municipal da Fazenda, estudo é simplista

O secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, refuta as informações apresentadas pelo servidor do Dmae que prevê que as mudanças na remuneração dos servidores terão reflexos negativos no cenário das finanças locais. “É uma afirmação extremamente simplista, que chega a ser ingênua em termos econômicos, porque parte do princípio de que esse dinheiro vai sumir e não vai estar em nenhum lugar da economia”, rebate.

Para Busatto, a economia com as despesas de pessoal, “que evi-

tarão que haja um crescimento ainda maior das despesas ao longo do tempo”, será revertida em investimentos. “O que mais gera crescimento econômico não é o pagamento de gasto corrente e sim investimentos em dragagem, esgoto sanitário, saúde”, diz. Do ponto de vista da arrecadação tributária, Busatto afirma que “se eu deixo de arrecadar o imposto do setor privado, ele pode reinvestir e gerar empregos também. Em último aspecto, a questão é pragmática: a gente não tem dinheiro (para arcar com toda a folha salarial)”.



‘Dinheiro não vai sumir’, diz Busatto

CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Proposta de plebiscito para privatizações passa na CCJ

Uma proposta que torna necessária consulta à população para a privatização ou extinção de empresas públicas de Porto Alegre recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Porto Alegre nesta terça-feira. Trata-se de um projeto de emenda à Lei Orgânica, de autoria do vereador Al-

dacir Oliboni (PT). Com o parecer favorável, a proposta já pode ser apreciada em plenário. Para ser aprovada, precisa ser votada em dois turnos, com voto favorável de 24 vereadores (dois terços do total). Além de empresas, o projeto também abrange sociedades de economia mista, autarquias e fundações.

Edgar Lisboa



Repórter Brasília

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Semana para justificar

Um feriado amanhã e uma viagem do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), contribuirão para a Câmara dos Deputados não votar os grandes assuntos pendentes. A ida de parlamentares a Brasília acabou sendo só para justificar presença; avaliam alguns deputados. Para o deputado federal gaúcho José Stédile (PSB), é uma chance para uma avaliação e discussão sobre a reforma tributária. Outro assunto em pauta, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS, está fadado a não andar pelo que estou sentindo, ninguém quer mexer muito, porque todo mundo está meio enroscado. Stédile assume hoje, a presidência do PSB no Rio Grande do Sul. Teve 60% dos votos dos delegados.

Mais chances

Na opinião de José Stédile (foto), a reforma tributária é o que tem mais chance de progredir. Já a reforma previdenciária terá maior dificuldade. Segundo o parlamentar, “essa semana não começa o debate, até porque o Rodrigo (Maia) inventou essa viagem, e ainda o feriado no meio. Acho que essa semana é mais para justificar que ele vai dar uma semana livre depois do feriadão do dia 15”, comentou Stédile.



Reforma política

A reforma política está encerrada, afirmou Stédile; acrescentado que para o próximo ano estão praticamente definidas as regras. “Foi aprovado aquele fundão, que é com os recursos que seriam gastos com a propaganda eleitoral gratuita, aquela dos partidos não, é? - que não vai existir mais. E com uma parte disso já garantiria os recursos para os partidos. O que tem que se fazer talvez, é tirar algumas dúvidas a respeito de como é que vai ser feita a distribuição desses recursos, que ainda não está bem regulamentado”, disse o deputado. Lembrou que a reforma política não vai proibir coligação, apenas a partir das eleições municipais. “Na do ano que vem, continua tudo como está.” Segundo Stédile, tudo deve começar a acontecer da próxima semana em diante. “Acho que tem uma pré-disposição, que eu sinto dos deputados, em trabalhar mais a reforma tributária.”

Tempo curto

No Congresso, na expectativa de parlamentares, pouco vai acontecer esta semana, com um feriado no meio do caminho. O mais provável é que na próxima semana alguma coisa possa andar. Sobre a discussão das pendências para entrarem em votação no Senado, o senador gaúcho Lasier Martins (PSD) afirmou que “nós dependemos da pauta do Eunício Oliveira (presidente do Senado, PMDB). Falam muito nestas grandes reformas, a tributária e a previdenciária. Estou disposto a discutir, mas acho que não há mais tempo para isso”.

Registre sua marca.
Proteja sua invenção.

www.sko.com.br | 51 3342.9323

35 ANOS

SKO

OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade